

MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA

*Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*

*Ex-Corregedor Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro*

*Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá*



ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES:

A Inefetividade da Ação de  
Investigação Judicial Eleitoral

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2005

# Sumário

Prefácio .....	xiii
Introdução .....	xvii
Capítulo 1. Democracia e Legitimidade .....	1
1.1. Regime Democrático e Abuso de Poder .....	1
1.2. Democracia, Direitos Fundamentais e Direitos Políticos .....	6
1.3. Acesso à Justiça (ou Acesso à Ordem Jurídica Justa) e Efetividade do Processo ...	11
1.4. Democracia Representativa e Legitimidade dos Mandatários Políticos .....	14
Capítulo 2. Eleições e Abuso de Poder .....	21
2.1. A Normalidade e Legitimidade das Eleições, o Abuso de Poder Econômico e Político e a Utilização Indevida de Veículos ou Meios de Comunicação Social .....	21
2.2. Abuso de Poder nas Eleições .....	23
2.3. Sintomas Denunciadores do Abuso de Poder .	31
2.4. Financiamento das Campanhas Eleitorais e Legitimidade do Sistema Representativo ...	33
2.5. Sistema de Controle do Processo Eleitoral, Justiça Eleitoral e Abuso de Poder .....	35
Capítulo 3. Mecanismos Jurisdicionais de Controle de Abuso de Poder nas Eleições ...	37
3.1. Introdução .....	37
3.2. Ação de Impugnação de Registro de Candidato .....	37
3.3. Recurso contra a Expedição de Diploma ....	39

3.4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo . . .	42
3.5. Captação Ilícita de Sufrágio . . . . .	43
Capítulo 4. A Ação de Investigação Judicial Elei- toral . . . . .	47
4.1. Origem . . . . .	47
4.2. Natureza Jurídica . . . . .	47
4.3. Objeto . . . . .	49
Capítulo 5. Pontos de Estrangulamento e Causas de Inefetividade da Ação de Investi- gação Judicial Eleitoral . . . . .	51
5.1. Dificuldade de Definição dos Abusos e Refle- xo Negativo na Efetividade de seu Controle .	51
5.2. Restrição à Legitimação Ativa do Cidadão ..	52
5.3. Controle do Abuso de Poder Praticado em Mo- mento Anterior ao Registro de Candidatos: Ação de Impugnação de Registro de Candidato X Ação de Investigação Judicial Eleitoral . . . . .	55
5.4. O Termo Inicial da Ação de Investigação Judicial Eleitoral . . . . .	58
5.5. O Termo Final para o Ajuizamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral . . . . .	61
5.6. Efeitos da Sentença que Reconhece o Abuso .	63
5.7. Procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral após o Termo Inicial de Ajuizamento da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e do Recurso (Ação) contra a Diplomação . . . . .	72
5.8. Sanção de Inelegibilidade e Ação de Investi- gação Judicial Eleitoral Julgada Procedente após as Eleições . . . . .	73
5.9. A Necessária Verificação da Potencialidade do Abuso de Poder para Desequilibrar o Plei- to Eleitoral . . . . .	79

5.10. O Termo Inicial da Sanção de Inelegibilidade .....	80
5.11. A Insuficiência da Sanção de Inelegibilidade por Três Anos .....	82
Considerações Finais .....	85
Referências Bibliográficas .....	93
Anexos .....	99